

## Encarando a Covid-19: Meu lugar sem esperança ou desespero<sup>1</sup>

**Veena Das**

*Johns Hopkins University, Baltimore, EUA*

Tradução de **Marcella Araujo**

Foi um semestre brutal mesmo antes de o coronavírus atacar. Delhi é, afinal de contas, minha cidade do coração. Assim, sentia-me imensamente grata pela coragem demonstrada por mulheres e crianças ao aparecerem, dia após dia, em Shaheen Bagh para protestar contra a notória Citizens Amendment Act [*Emenda à Lei dos Cidadãos*], imposta no país em 2019 pelo Bharatuya Janata Party, o partido cada vez mais beligerante que governa a Índia. Podia sentir em meus ossos que novas formas de protesto emergiam. Grudada nas notícias e nos compartilhamentos de vídeos, pôsteres, quadrinhos, entrevistas e posts em grupos no WhatsApp, encontrei todo tipo de recursos para meus alunos da disciplina “Conflito e Segurança” decifrarem como novas e velhas mídias se combinam na criação de um crescente autoritarismo, mesmo que, e ao mesmo tempo, elas se tornem um recurso para a emergência dos chamados movimentos sociais sem lideranças. Percebia-se um grande entusiasmo entre os estudantes à medida que eles começavam a pesquisar as diferentes modalidades de protesto país a país e a seriamente questionar termos como *atores não estatais*, os quais muitos tomavam como dados em suas leituras em cursos de relações internacionais.

Ironicamente, o módulo seguinte, sobre biossegurança, foi encarado com relativa tranquilidade. Uma das questões que então discutimos foi o “preparo” do governo dos EUA para combater epidemias letais como as de gripes, caso elas surgissem. Recordo agora com certo assombro o tom apocalíptico do testemunho dado pelo epidemiologista Michael T. Osterholm sobre o preparo do país para o enfrentamento dos desafios de uma pandemia durante audiências no Congresso em dezembro de 2005. Muitos alunos pareciam céticos em relação ao exercício de construção de um cenário de rápida e descontrolada infecção, altas taxas de mortalidade e colapso econômico destacado pelo professor Osterholm em sua fala.

Lemos o instigante trabalho de Carlo Caduff (2015) sobre as controvérsias no interior da própria comunidade científica em relação à ameaça iminente de uma pandemia e à midiaticização dos cenários de desastre, lembro-me, com uma sensação de frio distanciamento, como às vezes se discute uma possibilidade remota. Afinal, não era fácil determinar se tais previsões se tornariam reais. Ou *quando* elas se tornariam reais. O melhor que eu poderia fazer era estimular meus estudantes a avaliar se o problema poderia ser reenquadrado não como uma crise à espera de acontecer no futuro, e sim como uma série de degradações de sistemas de saúde ocorrendo no presente, criando condições de possibilidade para vírus passíveis de se metamorfosearem em crises maiores. O que a antropologia poderia fazer, enfatizei, é oferecer suporte antes e depois dessas crises.

Os alunos (ou alguns deles) achavam que a antropologia era muito boa em criticar a linguagem dos especialistas e desmascarar pronunciamentos orientados ideologicamente, mas estariam os antropólogos preparados para oferecer alguma coisa relevante se uma pandemia irrompesse? Sustentei a posição de não saber o que futuro poderia trazer, mas que poderíamos agir agora, priorizando os problemas de cobertura de saúde de, por exemplo, moradores de assentamentos urbanos pobres na Índia, onde as práticas normais de oferta de antibióticos não regulamentados atrasam o diagnóstico de doenças como a tuberculose e onde o uso frequente de injeções cria todo tipo de possibilidade de surgimento de novas doenças com consequências letais (DAS, 2015).

Em um dos artigos sobre o preparo para pandemias que lemos, Caduff (2014) escreveu: “Analiso como cientistas americanos e profissionais de saúde pública apresentaram a pandemia de gripe como um evento catastrófico que parecia requerer a construção de uma comunidade política em alerta constante.” Agora que ficou claro, para a tristeza de todos, que o chamado preparo foi completamente desmantelado pelo governo de Donald Trump — e que, mesmo quando a Europa e os EUA tiveram tempo para se preparar, eles desperdiçaram esse tempo até que a devastação promovida pelo coronavírus estivesse às suas portas, ou mesmo já dentro de suas casas —, como devemos orientar nossas aulas e pesquisas para essas questões?



Máscaras caseiras, fabricadas a partir de roupas velhas devido à falta de EPIs apropriados

Uma questão trazida à tona por esta pandemia é que as experiências de governança variam enormemente entre diferentes regiões do mundo — na verdade, que as mesmas políticas, como os *lockdowns*, se desenrolam de modo distinto para as classes médias e para os pobres. Parece que a maioria dos formuladores de políticas públicas, burocratas e modeladores matemáticos simplesmente não sabem como vivem os pobres, sendo, por isso, incapazes de antecipar suas ações e conseqüentemente de levar em conta essas variações do comportamento humano em suas modelizações. Decisões em contextos de incerteza se tornarão a norma nos modos de se lidar com um vírus sobre o qual tão pouco sabemos, mas o imperativo de produzir fatos melhores e mais bem fundamentados não será sentido com tamanha urgência como nos próximos anos.

Sou antropóloga e quando sou atingida por um desastre — pessoal, nacional, profissional — faço o que antropólogos do meu tipo fazem, eu pergunto: “Há qualquer ação ou conhecimento útil que eu possa produzir?”. Agora levo as mesmas questões para meus alunos, enquanto me preparo para este ano e o próximo e possivelmente o seguinte. Sei que alunos de graduação em minhas disciplinas trarão suas experiências de sofrimento social e pessoal em massa para as salas de aula no próximo ano, como fizeram na última recessão, quando as rendas despencaram, os casamentos se desfizeram e um alarmante aumento nos suicídios começou a se manifestar em sua geração (REEVES *et al.*, 2012). Como levantarei a questão das responsabilidades devidas às comunidades marginalizadas e, ainda assim, permanecerei atenta a como questões que podem ter parecido neutras e impessoais no ano passado tocarão feridas abertas mas ocultas sob os corpos vestidos e os rostos sorridentes desses jovens adultos neste ano, que estão diante de um mundo sem precedentes? Como cumprir nossa responsabilidade de garantir que estudantes desenvolvam competências para ler e entender opiniões complicadas e divergentes, e que eles não deixem de lado seu amor pela compreensão sutil e nuançada, em face das necessidades mais rudimentares e imediatas em uma emergência?

Ofereço aqui dois exemplos de como essas questões podem ser calibradas, [*que me ocorrem*] enquanto me preparo para as aulas do restante do semestre e do próximo ano. Como todos os outros, já fiz a transição para aulas on-line, disponibilizando minhas leituras de textos difíceis em apresentações de PowerPoint com meus comentários gravados em áudio. Avaliei que os alunos provavelmente estão tão distraídos com vários tipos de demandas que poderiam ser ajudados para poderem acompanhar minhas aulas lentamente e em doses reduzidas. Em minhas apresentações, incluo notas de lamento de que algumas das leituras causarão dor, mas que precisamos desenvolver a habilidade de suportar aquilo que dói. Assim, o primeiro exemplo dos dilemas que encaro em um curso que estou preparando, intitulado “Antropologia das Epidemias”, é como discutir questões de justiça e como evitar que escorreguemos para o moralismo. Em uma de minhas aulas sobre parentesco neste ano, na qual discuti as mudanças na família de escravizados no estado da Virgínia do século XVIII como consequências do desenvolvimento do comércio local de escravos e da demanda por crianças pequenas como escravas, lemos o testemunho de uma mãe que perdeu seus dois filhos, vendidos a outras *plantations* por seu senhor, em que ela dizia, de modo desafiador a seu proprietário, que estava feliz que seu bebê tivesse morrido, já que assim seria “uma criança a menos que você poderá vender”. Justaposto a discussão com os dolorosos exemplos tirados de *Death without Weeping* [*Morte sem choro*], obra-prima de Nancy Scheper-Hughes (1992), particularmente as palavras de uma mulher que teve um aborto espontâneo: “Ele pode me engravidar, mas não pode me fazer manter seu filho”, ou palavras com esse efeito. Esses alunos aprenderam, então, que as ideias abstratas de amor materno, ou o horror da escolha de crianças por mães que se empenham na sobrevivência de algumas e negligenciam outras que julgam com menores chances de vida, é um conhecimento carregado pelos pobres, o que chamei, em meu trabalho, de “conhecimento desordenado”, em oposição ao conhecimento explícito, claro ou meramente catalogado. Tal conhecimento marcará como eles aprenderão e o que eles aprenderão.

De volta à questão da justiça em meu curso sobre epidemias: leremos materiais tanto históricos quanto etnográficos sobre triagem em meio à escassez e dois artigos de filosofia política que argumentam, contra John Rawls, que os dois princípios neutros para se garantir a justiça, a liberdade de escolha e o véu da ignorância não funcionam. Para garantir justiça, então, sociedades não podem se ancorar em princípios neutros e impessoais, e sim têm que se perguntar como valoram diferentes objetivos morais; por exemplo, justiça estatisticamente promovida *versus* justiça para indivíduos. As sociedades teriam que se perguntar: como a particularidade importa na ética? Se ventiladores estão escassos, como as prioridades deveriam ser determinadas? Pessoas idosas com condições devem ser deixadas para morrer em vez de consumirem recursos que poderiam ser usados para/por profissionais da saúde ou outros com maiores chances de sobrevivência? É possível pensar em ética não simplesmente como uma decisão, mas como uma pleitora de outras infradecisões? — devo estar atenta ao fato de que entre aqueles a quem foram negados ventiladores possam estar avós que morreram por não terem tido acesso a hospitais ou pela própria escassez desses equipamentos. Penso que devo acrescentar modos de relacionar essas experiências terríveis de triagem durante esta emergência ao peso de pequenas decisões tomadas por mães residentes em favelas e assentamentos precários de deixar morrer uma criança e investir tempo e recursos emocionais em outras que julgam com maiores chances de sobrevivência. E não devemos, do mesmo modo, encontrar modos de falar de luto, morte, arrependimento, mesmo quando, e especialmente quando, as decisões parecem justas e equânimes?

Posso também trazer para o curso estudos sobre pobreza urbana e infraestrutura de saúde para evidenciar as conexões entre experiências cotidianas de provisão de saúde e gestão de crises como a pandemia de Covid-19. Como exemplo concreto, consideremos a súbita declaração de *lockdown* de três semanas em Delhi, em 24 de março, e sua recente extensão até maio. Como se tornou evidente em um dia após a decretação, o governo não havia se preparado para implementar o fechamento, tampouco revelou como enfrentaria a falta de leitos ou como determinaria as localidades centrais para intensificação das testagens. As contradições na política governamental ficaram evidentes em suas respostas às notícias na mídia sobre migrantes em longas marchas até suas aldeias por não contarem com meios para garantir comida durante o *lockdown* (DAS, 2020): o ministro-chefe do estado vizinho de Uttar Pradesh anunciou ônibus gratuitos para levar os migrantes de volta para suas casas e, em resposta, enormes multidões, estimadas em 40 e 100 mil migrantes, se reuniram em paradas de ônibus nas fronteiras da cidade, não apenas desafiando a própria ideia de *lockdown* como ainda aumentando o risco de disseminação do vírus para povoados sobre os quais o governo não dispunha de qualquer informação. Ao mesmo tempo, circularam vídeos de patrulhas policiais percorrendo assentamentos precários e localidades de baixa renda em Delhi, mostrando como as pessoas estavam sendo encurraladas e espancadas.

Como pôde o governo não ver e perceber apenas tardiamente que a política de *lockdown* era diretamente contrariada pela oferta de ônibus gratuitos para transportar migrantes além das fronteiras? E que não apenas as multidões lá reunidas trariam riscos imediatos de infecção entre si mesmas como também, à medida que aqueles migrantes espalhassem o vírus pelas



aldeias, se tornaria impossível rastrear os contatos? Por que os altos escalões policiais não pensaram que seus subordinados precisariam de máscaras e luvas, nem emitiram ordens severas de que qualquer um encontrado em posse de *lathis* (longos bastões de madeira) para espancar pessoas seria suspenso, ou que policiais mais experientes fizessem rondas de um dia em áreas infectadas com o objetivo de reprimir os policiais de menor escalão e constrangê-los a não usar seus bastões tão livremente? Não impressiona que alguns economistas, como Jishnu Das (2020), estejam chamando esta de a “epidemia da ignorância”, em que modelos epidemiológicos fracassam por não incorporar como seres humanos vivendo em diferentes circunstâncias se comportam e quais os impactos disso na modelização e nas predições.

Quero preparar meus alunos para ler criticamente a literatura emergente sobre pandemia e produzir mais conhecimento sobre as variações sob certas condições sociais. Isso significa que, como professores, seremos forçados a abandonar nossos outros interesses, como em religião, arte ou parentesco? Penso que esta é uma questão sobre a qual teremos que refletir mais concretamente, mas podemos levar em consideração que já estão surgindo outras formas de literatura e arte e que, ao mesmo tempo, apresenta-se uma nova urgência em compreender a violência doméstica, a ética do cuidado, a transformação da vida cotidiana, a extinção planetária e mesmo as reflexões sobre Gandhi por alguns filósofos políticos. A única questão é como aprenderemos a ver o que está acontecendo diante dos nossos olhos. Espero realizar esse tipo de aprendizado *com* meus alunos, enquanto todos descobrimos nossos pontos cegos e áreas de ignorância.

Chego agora aos alunos de pós-graduação. O que devemos dizer a eles? Devemos falar que seus interesses por parentesco, religião ou arte não importam mais? Em minha universidade, houve certa euforia ano passado em relação a trabalhos “não acadêmicos”. Artigos mal pensados e completamente eurocêtricos sobre a precariedade acadêmica criaram uma atmosfera propícia à reivindicação de conhecimento instrumental, aquele que mostra sua relevância imediata, contabilizada. A Covid-19 mostrou, tragicamente, que é impossível saber com antecedência que tipo de conhecimento será caracterizado como acadêmico, não acadêmico ou instrumental. Se, por exemplo, formuladores de políticas públicas estivessem prestando atenção ao trabalho acadêmico feito por cientistas sociais acerca dos impactos de formas cotidianas de governança sobre comunidades vulneráveis, talvez tivéssemos evitado a tentação de presumir que um modelo que funciona em um lugar funcionará igualmente bem em outros. O *lockdown* funcionou na China porque uma vez que o governo percebeu a gigante falha resultante da supressão de informação, mobilizou suas capacidades infraestruturais para mitigar a dureza do *lockdown* na província de Wuhan. Apartamentos vagos após o *boom* da indústria da construção foram usados para abrigar aqueles em quarentena; trabalhadores locais do Partido Comunista Chinês entregaram comida e remédios sistematicamente aos quarentenados ou isolados, mitigando a severidade das medidas — ainda que estudos mais sistemáticos sobre essas medidas precisem ser feitos. Na Índia, a implementação do *lockdown* sem a infraestrutura necessária gerou dificuldades em massa que estamos ainda por avaliar.

Assim, quero dizer aos alunos de pós-graduação: não se deixem seduzir pela ideia de que alguns “trabalhos não acadêmicos” estão esperando na esquina. Em vez disso, tentem reorientar suas pesquisas de modo a dialogar com as demandas por mais conhecimento geradas pela pandemia em termos de variações locais e com as falsas presunções por trás de modelos que devemos não apenas criticar mas também entender como formas de tomada de decisão em momentos de incerteza. Fariamos bem em lembrar que a antropologia teve que se reinventar no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando muitos antropólogos perceberam que novas formas de guerra, genocídio, silenciamentos sobre violências domésticas eram sinais de que eles foram cegados em seus trabalhos pela imagem aparentemente pacífica e harmoniosa das relações sociais pintada pelo que então era conhecido como teoria do “consenso” da sociedade. Lembro-me de quão difícil foi fazer a discussão passar de uma fala sobre o conflito social para uma fala sobre a violência. Mas a antropologia mudou, seus pressupostos sobre a mudança social e seus métodos mudaram. Eu diria aos alunos de pós-graduação que este é um momento para pensar de maneira renovada e que o desafio vale a pena.

Todos precisamos aprender como ler os trabalhos dos outros, como os cientistas de dados e os modeladores matemáticos, que frequentemente se veem fora de suas zonas de conforto. Por outro turno, talvez queiramos nos perguntar: como devemos tornar nosso trabalho acessível para eles? Este será meu projeto com meus alunos de pós-graduação: ajudar a delinear métodos que permitam novas formas de enfrentamento de quaisquer questões que eles queiram pesquisar, a se abrirem aos trabalhos de e com outras disciplinas e a não pensar a antropologia como sua *jagir*, algo de sua propriedade. Por meio de minhas próprias colaborações acerca da tuberculose na Índia, aprendi que podemos melhor colaborar quando diante de problemas concretos que nos *requerem* colaboração — e que sem o conhecimento trazido por diferentes disciplinas para as situações ficaremos aprisionados em nossos casulos. Algumas vezes, nossas questões são imediatas. No caso da tuberculose, por exemplo, nos perguntamos concretamente: se uma nova tecnologia diagnóstica é gratuita, por que médicos não a estão prescrevendo aos seus pacientes? Outras vezes, as perguntas são mais abstratas: há modos diferentes de falar do humano quando a existência humana é posta em ameaça? Há modos renovados de pensar a relação entre o humano e um humano?

Sou realista. Sei que pertenço a um dos grupos “vulneráveis” e, de fato, na triagem de leitos de hospital ou ventiladores, preferiria que uma pessoa mais jovem com mais vida para viver tivesse prioridade em relação a mim. Ainda assim, faço o que posso para sobreviver. Sei que, nestes tempos, os jovens terão que encarar questões de precariedade no trabalho, perdas familiares, encolhimento de seus mundos. E lhes digo: mantenham a energia viva em vocês — lembrem-se de que vocês podem fazer seu trabalho e seu amor pelo aprendizado contarem para vocês de várias maneiras. Em minha geração, sobrevivemos a diferentes catástrofes em nossas vidas — separações, remoções, mortes prematuras, suicídios, emergência política, vícios, abuso sexual. Suas catástrofes são diferentes. Mas pequenos atos de fidelidade a vocês mesmos, praticados todos os dias, sustentarão a habilidade de se importar e viver o que realmente importa. Tenho que acreditar nisso.

---

## Notas

<sup>1</sup> Publicado originalmente em inglês no site da *American Ethnologist*, em 1º de maio de 2020. Disponível (on-line) em: <https://americanethnologist.org/features/collections/covid-19-and-student-focused-concerns-threats-and-possibilities/facing-covid-19-my-land-of-neither-hope-nor-despair>. Agradecemos especialmente à antropóloga Camila Pierobon, pós-doutoranda do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), pela intermediação do contato com a professora Veena Das.

## Referências

- CADUFF, Carlo. "Pandemic Prophecy, or How to Have Faith in Reason". **Current Anthropology**, vol. 55, nº 3, pp. 296–315, 2014.
- \_\_\_\_\_. **The Pandemic Perhaps: Dramatic Events in a Public Culture of Danger**. Oakland (EUA): University of California Press, 2015.
- DAS, Veena. **Affliction: Health, Disease, Poverty**. Nova York: Fordham University Press, 2015.
- REEVES, Aaron; STUCKLER, David; MCKEE, Martin; GUNNELL, David; CHANG, Shu-Sen; BASU, Sanjay. "Increase in State Suicide Rates in the USA during Economic Recession". **The Lancet**, vol. 380, nº 9856, pp. 1813-1814, 2012.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy. **Death without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil**. Berkeley: University of California Press, 1992.

## Fontes da imprensa

- DAS, Jishnu. "India's Response to Coronavirus Can't Be Based on Existing Epidemiological Models". **The Print**, Opinion, 6 de abril de 2020. Disponível (on-line) em: <https://theprint.in/opinion/indias-response-to-coronavirus-cant-be-based-on-existing-epidemiological-models/395275/>
- DAS, Veena. "Charity Alone Can't Win This War against the Poor". **Deccan Chronicle**, Opinion, 6 de abril de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www.deccanchronicle.com/opinion/columnists/060420/veena-das-this-is-a-war-on-the-poor-that-charity-alone-cant-win.html>

**VEENA DAS** (veenadas@jhu.edu) é professora titular da cátedra Krieger-Eisenhower de antropologia da Johns Hopkins University (JHU, Baltimore, EUA). É doutora e mestre em sociologia pela University of Delhi (UD, Nova Delhi, Índia) e tem graduação em sânscrito pela mesma casa. É autora de vários livros, entre eles *Life and Words* (2007, e no prelo para lançamento em português), *Violence and Subjectivity* (2000, organizado com outros autores) e, mais recentemente, *Textures of the Ordinary: Doing Anthropology after Wittgenstein* (2020) e, a ser lançado em breve, *Slum Acts*.

**MARCELLA ARAUJO** (mararujoufrj@gmail.com) é professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil) e uma das coordenadoras do Urbano: Laboratório de Estudos da Cidade, da UFRJ. Integra também o Grupo Casa: Estudos Sociais sobre Moradia e Cidade, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). É doutora pelo Iesp/Uerj, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), da UFRJ, e graduada em ciências sociais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, Rio de Janeiro, Brasil).